

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MONIZ, Heitor. *Heitor Muniz (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 29 p. dat.

**HEITOR MUNIZ**  
**(depoimento, 1978)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Marcos Luís Bretas; Rosa Maria Barbosa de Araújo

levantamento de dados: Marcos Luís Bretas; Rosa Maria Barbosa de Araújo

pesquisa e elaboração do roteiro: Marcos Luís Bretas; Rosa Maria Barbosa de Araújo

sumário: Nara Azevedo de Brito

conferência da transcrição: Sônia Benevides

copidesque: Elisabete Xavier de Araújo

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 21/03/1978

duração: 1h 40min

fitas cassete: 02

páginas: 29

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

temas: Heitor Muniz, Legislação Trabalhista, Lindolfo Collor, Ministério do Trabalho.

## *Sumário*

*Entrevista: 21.03.1978*

Plataforma da Aliança Liberal e a criação do Ministério do Trabalho; legislação Trabalhista; elaboração das leis trabalhistas; comissões mistas de conciliação e Convenção Coletiva de Trabalho; afastamento de Lindolfo Collor do ministério; a Revolução de 1932; administração de Collor; lei de sindicalização; assessor de imprensa no gabinete de Collor; Lindolfo Collor e a ideologia socialista; relações entre Collor e Getúlio Vargas; o Estado Novo e o exílio de Collor; Collor e a legislação social no meio rural; críticas à legislação social e trabalhista de Collor; divergências entre Collor e Osvaldo Aranha; divergências entre os tenentes e Collor; posição política de Collor na Reação Republicana; organização do ministério do Trabalho; representação classista; carreira profissional; o exílio de Collor durante o Estado Novo; retorno de Collor ao Brasil e prisão; período de modus vivendi no Rio Grande do Sul; ligações entre política trabalhista de Collor e João Goulart.

*Entrevista: 21.03.1978*

H.M. - Eu poderia dizer que assisti ao nascimento do Ministério do Trabalho. A minha entrada no Ministério do Trabalho deu-se da seguinte maneira: um dia, poucos dias antes da criação do Ministério do Trabalho, da publicação do decreto criando o Ministério do Trabalho, recebi um recado do dr. Collor, dizendo que queria falar comigo, que eu o procurasse no Hotel Glória, onde ele se hospedava. Eu estive lá, ele conversou comigo a respeito do ministério que ia-se inaugurar e me disse que tinha desejo de levar para o gabinete dele um jornalista, tinha examinado vários nomes e tinha lembrado de mim.

R.A. - Nessa época o senhor trabalhava em que jornal?

H.M. - No *Correio da Manhã*. Então ele nomeou... convidou para o Ministério do Trabalho, para o gabinete dele a mim, ao Horácio Cartier, que trabalhava no *Globo* Carlos Cavaco, que era tribano gaúcho, como se dizia naquela época; o tenente Sílvio Mota que mais tarde foi almirante, ministro da Marinha; um grupo técnico com o Joaquim Pimenta, com Agripino Nazaré e outros.

R.A. - Evaristo de Moraes...

H.M. - Evaristo de Moraes. Nessa ocasião, nesse mesmo dia, à noite, o dr. Collor me disse: "Nós vamos começar a trabalhar amanhã porque não sei quando vai sair o decreto, - o decreto demora uns dias para sair - nem quando vou tomar posse, mas quero chegar lá no ministério com toda a minha programação já organizada." E então começamos a trabalhar desde o dia seguinte em regime de tempo integral, com ele. Porque ele era um homem fabuloso e de uma resistência física maior do que a de todos nós, compleição germânica, aquela formação. Ele nos pegava às nove horas da manhã, ia até as três, quatro horas da madrugada. Esse foi o nosso regime de trabalho intenso durante mais de um ano. Porque ele tinha pressa em promulgar leis, os decretos que estavam sendo elaborados, e que aquilo se fizesse o mais rápido possível.

R.A. - O senhor acha que ele já tinha algum projeto em vista, antes e durante a Aliança Liberal?

H.M. - Tinha, tinha. O dr. Collor foi jornalista no Rio Grande do Sul, durante muito tempo, diretor de *A Federação*, redator de *O Jornal*, depois foi deputado federal. Como deputado federal ele fez parte da Comissão de Diplomacia da Câmara. Estudava problemas financeiros, econômicos, assuntos internacionais. Ainda não tinha entrado no problema da legislação social, que, naquela ocasião, segundo a frase de Washington Luís: "era um caso de polícia". Quando da formação da Aliança Liberal, o Collor foi uma das pessoas que ajudaram o Getúlio Vargas na elaboração da plataforma da Aliança. Nessa plataforma da Aliança Liberal já se encontram todos os fundamentos do que seria a nova política social a ser implantada no Brasil.

R.A. - É, é verdade, ele fala no interesse de organizar...

H.M. - Vocês querem que eu lhes mostre alguma coisa?

R.A. - O Nós conhecemos a plataforma.

H.M. - Ali ele já elabora tudo.

R.A. - Ele fala no interesse de harmonizar os problemas do capital e do trabalho. Mas o senhor acha que ele já tinha algum projeto de como fazer isso? Ele não sabia que haveria muita resistência ao ministério?

H.M. - O Getúlio Vargas? Sabia. Isso ele sabia. E eu acho que ele escolheu o Collor para ministro do Trabalho, primeiro, porque era um homem de um grande talento. Era um homem que assimilava facilmente todos os assuntos e era um homem de uma grande energia. O Getúlio Vargas não tinha dúvida nenhuma de que ele ia encontrar, como ele encontrou, uma reação patronal imensa. Não obstante isso, ele foi para a frente. Fez a criação do Ministério do Trabalho, nomeou o Collor ministro do Trabalho, e o Collor iniciou imediatamente a elaboração das principais leis... principais decretos, pois o congresso estava fechado.

R.A. - Com a revolução se articulando e já a decisão de que o Getúlio seria o chefe do governo, quando começaram a organizar a divisão do governo em ministérios se pensou em algum outro nome que não o do Collor para o Ministério do Trabalho?

H.M. - Não, na ocasião...

R.A. - Como é que foi a divisão destas pastas? Quer dizer, quantas para gaúchos, quantas para mineiros?

H.M. - O Getúlio Vargas não teve propriamente um critério de... O antigo e tradicional critério de divisão das pastas foi mais ou menos observado, apenas com elementos novos. Os ministros foram inicialmente... A senhora quer que eu veja...?

R.A. Não, não... Tínhamos curiosidade de saber é se havia algum outro político, algum outro membro da Aliança Liberal que quisesse o Ministério do Trabalho.

H.M. - Não. Houve vários candidatos a ministro, e o candidato a Ministro não escolhe pasta, qualquer uma serve.

R.A. - E o senhor acha que o nome do Collor foi bem-aceito?

H.M. - Foi bem-aceito, claro. Foi o único imediatamente aceito. Em primeiro lugar, o pessoal raciocinava em termos dos antigos sete ministérios - eram sete durante muitos anos -, então os candidatos a ministro se articulavam em torno das pastas existentes; o sujeito não ia ser candidato a uma pasta a existir. O Getúlio Vargas já tinha trazido o propósito de criar os dois ministérios, o do Trabalho e o da Educação, de maneira que não houve corrida a estas pastas, foram logo nomeados os respectivos titulares, sem candidatos suplentes. Ninguém disputou ao Collor a pasta do Trabalho.

R.A. - Bom, o senhor estava nos falando sobre a plataforma da Aliança Liberal, não é? Que já na plataforma já se tinha idealizado o que se ia fazer com o ministério, não é?

H.M. - Ele falava expressamente em ministérios, mas ele esboçava uma política social nova no Brasil, inteiramente diferente de tudo.

R.A. - E o senhor acha que o Collor imaginava que essa política seria na base de alguma legislação européia já estabelecida? Ele teve influências marcantes de alguma legislação?

H.M. - Não, ele não teve influência marcante estrangeira na legislação.

R.A. - Quer dizer, que espécie de trabalhismo ele queria?

H.M. - O brasileiro: quis fazer um trabalhismo nitidamente brasileiro, embora na ocasião a expressão "trabalhismo" não estivesse ainda em vigor. Tanto que ele começou primeiro: regulamentação do trabalho das mulheres, regulamentação do trabalho dos menores, regulamentação do trabalho na indústria, regulamentação do trabalho no comércio. Depois ele passou à área da previdência social. Existia aqui apenas uma caixa de pensão de aposentadoria, uma ou duas. Uma da Central e a outra...

R.A. - Dos ferroviários...

H.M. - E marítimos. Ele começou logo a alargar a concepção da caixa de pensões e teve as primeiras preocupações: o salário mínimo e as juntas de conciliação, as comissões mistas, que posteriormente se desdobraram nos órgãos que constituem hoje a Justiça do Trabalho. Agora, o Collor deixou pronto quase tudo isso, ou melhor, todas as leis ele deixou prontas, apenas não as referendou, porque houve a crise política e ele deixou o ministério. Mas... Os primeiros decretos que foram publicados e estão referendados pelo Salgado Filho, já tinham sido obra da equipe do Lindolfo Collor.

R.A. - É, mas, de vez em quando, a gente vê algumas críticas ao Collor, quer dizer, não críticas, mas comentários de que, como foi uma gestão curta, de muitos projetos e poucos decretos.

H.M. - Não, se teve poucos decretos, é porque os decretos todos foram assinados pelo Salgado Filho. Está aqui uma relação. Olhem aqui, o primeiro decreto em 1930: "Limitação de entrada de passageiros de terceira classe, vindos do estrangeiro." Esta aí foi uma lei de proteção ao trabalho nacional, contra a imigração... Porque vinham para cá fazer concorrência ao trabalhador brasileiro.

R.A. - Como é que conseguiram formular, quer dizer, qual foi o projeto para essa "Lei dos 2/3", para proteger o trabalhador nacional?

H.M. - Não, foi uma equipe que trabalhou nela: o Collor elaborou o projeto; fizeram o decreto; foi encaminhado por órgãos do palácio do Catete; e o próprio Ministério do Trabalho forneceu este decreto.

R.A. - Mas não haveria alguns problemas contra essa Lei dos 2/3?

H.M. - Houve muita reação.

R.A. - Uma reação quase de xenofobia.

H.M. - A reação foi sempre integral durante todo o tempo.

R.A. - E que tipo de reação para essa Lei dos 2/3, que se dizia na realidade?

H.M. - Eles diziam que seria comunizar o Brasil, que se queria levar o Brasil para a derrocada e estas coisas e tudo, mas eles disseram até que a legislação trabalhista se tornou vitoriosa no Brasil.

M.B. - E houve, também, uma reação no estrangeiro a essa lei de imigração, muito forte.

H.M. - Todo estrangeiro é sempre contra tudo o que pode promover o engrandecimento do Brasil. O que os estrangeiros querem é o Brasil como uma plataforma de mão-de-obra barata, em que eles façam aqui as indústrias para vender o produto lá fora pela metade do preço. A reforma da legislação de caixas de pensões já é de 32. A instituição da carteira profissional é de 32.

R.A. - E já havia projeto durante a gestão do Collor para a carteira profissional?

H.M. - É do Collor, esse decreto é do Collor.

R.A. - E como é que foi elaborado o projeto da carteira profissional?

H.M. - Como sempre por um grupo de trabalho. Porque ele tinha essas equipes especializadas com o Joaquim Pimenta, o Agripino Nazaré e outros, que vinham estudando esses problemas todos.

R.A. - E como é que eles se dividiam para formar estas equipes? Cada um se especializava num desses assuntos?

H.M. - É pequenas equipes especializadas e o Collor centralizava. Quando uma equipe terminava o seu trabalho, o Collor fazia uma mesa-redonda e discutia os assuntos ali com eles, debatia todos os pontos controvertidos em torno do assunto. Agora, a regulamentação do horário do trabalho no comércio ainda saiu no tempo do Collor, a regulamentação do horário no trabalho industrial e a instituição das Comissões Mistas de Conciliação foram decretos ainda referendados pelo Collor.

R.A. - De que constavam as Comissões Mistas de Conciliação?

H.M. - As Comissões Mistas de Conciliação subsistem ainda no Ministério do Trabalho. São comissões a que os empregados, quando se desavêm com os patrões, submetem a questão e tentam uma solução amigável.

R.A. - Foi um início da Justiça Social?

H.M. - Foi um início do que seria mais tarde essa Justiça Social.

R.A. - E como é que essas comissões funcionavam nesse início? O senhor chegou a assistir a alguma?

H.M. - Não. Funcionavam normalmente. Eu sei, mais ou menos, como era. Aquilo tudo era ainda muito empírico, havia um pouco de burocracia, mas também não havia. O empregado se julgava injustiçado pelo patrão, ia ao presidente de uma comissão mista e apresentava a sua queixa ou a sua reivindicação, o que é que ele estava reclamando, o que é que tinha havido. O presidente da Comissão Mista mandava intimar a parte contestada. Vinha o patrão, e, então, a Comissão Mista ficava ali discutindo quem tinha razão, quem não tinha razão. O patrão dizia que ele tinha razão por isso, por aquilo; o reclamante insistia nos seus direitos, e ficavam ali discutindo até chegar a um ponto de conciliação. Foi uma forma empírica, mas deu resultados, porque os patrões reagiam - sempre reagiram e reagiram muito - mas também eles estavam amedrontados pela situação. Estavam vendo que estavam dentro de uma situação que não poderia perdurar, de

injustiça permanente. A lei da regulamentação de horário de trabalho industrial ainda saiu referendada pelo Collor. A instituição da Convenção Coletiva do Trabalho saiu ainda... é decreto do Collor...

R.A. - Em que consistiria a Convenção Coletiva?

H.M. - A Convenção coletiva do trabalho era entendimento entre o empregado e o patrão relativamente à condição de trabalho e salário. Em vez de ser como era antigamente, tudo verbal, aquilo passava a ter uma concretização, um caráter legal, um caráter contratual. A lei que estabeleceu o trabalho de menor na indústria e a lei que instituiu as juntas de conciliação e julgamento, diferente da Convenção de Conciliação, ainda são assinadas... a partir daí é que esses decretos passam a ser referendados pelo Salgado Filho. Mas são decretos deixados pelo Collor.

R.A. - Projetos estudados pela equipe do Collor.

H.M. - Deixados e remetidos ao Catete. Quando o Collor deixou, tinha ainda no Catete a regulamentação da indústria de panificação, condições de trabalho nas casas de diversões; a regulamentação do trabalho nas casas de penhores; regulamentação do trabalho dos bancos; regulamentação do exercício da profissão de engenheiro e de arquiteto, regulamentação da concessão de férias e a criação do primeiro instituto de pensão e aposentadoria, que foi o dos bancários. Estou explicando o seguinte: você disse que a administração do Collor teve poucos decretos; digo que teve poucos decretos relativamente.

R.A. - Sim, porque para quatorze meses...

H.M. - Em primeiro lugar, o período é pequeno, o período de quatorze meses, em segundo lugar, o trabalho que ele deixou pronto, pelo fato de não ter sido assinado por ele, não deixa de ter sido um trabalho da administração dele.

R.A. - Claro.

H.M. - O ministro Salgado Filho já encontrou tudo isso pronto, quando assumiu o ministério. Porque a saída do Collor da pasta do Trabalho não se deu por motivo de divergência entre ele e o presidente, em matéria de política social; ao contrário, houve sempre identificação entre o presidente e o ministro em matéria de...

R.A. - Mas houve momentos de algumas dificuldades, não? Por parte do...

H.M. - Não, na pasta do Trabalho propriamente não. As dificuldades foram oriundas de crises políticas no Rio Grande do Sul. Foi o que determinou a saída do Collor.

R.A. - Mas o presidente Vargas não tinha medo de se iniciar nesse trabalho de legislação social?

H.M. - Não, sempre foi de uma tenacidade admirável e sempre se manteve fiel nisso, até o fim. As declarações de Vargas na campanha da sucessão presidencial do Dutra, quando ele foi candidato a presidente, coincidem perfeitamente com os princípios que ele enunciou na plataforma da campanha da Aliança Liberal. Aquilo nele era uma idéia fixa determinada, e nada o demoveria.

R.A. - Como o senhor vê as principais dificuldades?



H.M. - Agora, o que eu ia dizendo... O Collor saiu em virtude de divergências na política do Rio Grande do Sul, tanto que ele não saiu sozinho. Houve uma crise política no Rio Grande em consequência da qual o Collor, o João Neves, o Batista Luzardo, chefe de polícia e o Maurício Cardoso, que era ministro da Justiça, o João Neves, consultor jurídico do Banco do Brasil, se desavieram... lá entre os gaúchos mesmo e romperam com o presidente.

R.A. - Por causa do empastelamento do *Diário Carioca*.

H.M. - Isso pode ter sido uma causa, um motivo aparente. Mas o empastelamento sozinho não dava razão para isso.

R.A. - Talvez eles tivessem mais pressa da Constituição. E o Getúlio queria fazer a Constituição aos poucos, não?

H.M. - Não, o Getúlio sempre quis fazer a Constituição dentro dos prazos e fez. O erro da Revolução Constitucional foi que quando a Revolução Constitucional Paulista deflagrou, já o Getúlio Vargas tinha convocado a Constituinte, marcado as eleições e nomeado as comissões. E as eleições se realizaram na data que ele tinha previsto.

R.A. - Quer dizer, o senhor não estava com São Paulo? Em 32?

H.M. - Não, eu fui simpático ao movimento paulista como movimento de reação popular, quer dizer, achei uma coisa maravilhosa um estado sozinho se levantar contra todo o poderio da União, defendendo um ideal constitucionalista democrático. Quer dizer, o movimento em si eu achei um movimento bonito, acho uma página gloriosa para São Paulo, mas o movimento constitucionalista não apressou a Constituinte. As eleições iam se realizar, como se realizaram, no dia em que estava marcado, e a Constituição votada sem interferência do presidente.

R.A. - Como o senhor vê os principais problemas do ministério nessa fase de administração do Collor? Por exemplo, problemas sérios que a sua equipe teve, que a equipe do Collor teve com a Light, não é?

H.M. - Praticamente ele deixou a primeira fase, a fase do Governo Provisório, com todos os problemas sociais brasileiros equacionados, e as principais leis foram todas promulgadas. Quando eu digo lei, digo também decreto, porque houve umas que foram por decreto, em virtude de não haver Congresso, e outras já foram em virtude de lei. Mas o que houve foi um desdobramento natural de tudo isso. Está havendo apenas o prosseguimento da política.

R.A. - Nós gostaríamos de conversar um pouco com o senhor sobre a Lei de Sindicalização, que ainda não comentamos e que foi da época do Collor. O senhor se lembra?

H.M. - Exato. Foi a Lei de Sindicalização das Classes. O que é que você queria saber?

R.A. - A Lei de Sindicalização permitia a associação tanto da classe operária quanto da classe patronal em sindicatos únicos, o que depois da Constituição de 34 vai mudar. Há um período em que a Constituição de 34 permite a pluralidade sindical, não é? E essa Lei de Sindicalização, foi uma das... Talvez a mais importante do período do Collor, da gestão do Collor?

H.M. - Não digo que foi a mais importante, mas foi uma das mais importantes, porque a situação do trabalho das mulheres, a situação do trabalho dos menores são duas leis muito importantes.

R.A. - Sim, é verdade.

H.M. - Porque havia uma injustiça muito grande nesse ponto. As fábricas preferiam contratar mulheres porque pagavam a elas a metade do que pagavam ao operário homem, e os menores recebiam ainda menos do que as mulheres, de maneira que eram explorados, era uma servidão branca. Essa lei, portanto, da regulamentação do trabalho das mulheres tem uma importância fundamental na evolução da política social brasileira, porque equipara os direitos da mulher aos direitos do homem - dentro do princípio do trabalho igual, um salário igual. A lei dos menores também tem muita importância, então eu não digo que a sindicalização seja a mais importante. Agora, a sindicalização...

R.A. - Digo, talvez, politicamente, quer dizer...

H.M. - Ela é básica, porque os nossos sindicatos - sindicato sempre houve no Brasil - não tinham nenhuma base legal, e dentro do princípio de que a questão social no Brasil era uma questão de polícia, qualquer sindicato podia ser fechado sumariamente, e metidos na cadeia todos os seus dirigentes. A lei brasileira deu organicidade a essa sindicalização das classes. Este é que é o seu principal valor. Ela deu valor legal ao sindicato.

R.A. - E não houve muita oposição?

H.M. - Houve.

R.A. - De que tipo? De que grupos?

H.M. - Houve oposições, inclusive as mais ridículas. Eu fui inspetor do Trabalho. Teve casos de um inspetor de Trabalho entrar numa fábrica e ser preso lá dentro.

R.A. - Inspetor do ministério?

H.M. - É "Ah, o senhor é inspetor do ministério? Quem manda aqui sou eu, o governo não manda na minha casa. E o senhor vai ver que quem manda aqui sou eu." Meteu o inspetor num quarto e fechou; ele dormiu lá dentro. Portanto, isto é ridículo, mas houve. Então isto prova que a reação patronal se manifestou de todas as maneiras possíveis, até o ponto em que eles não puderam mais lutar e, aí, tiveram de ceder e concordar, numa forma de conciliação.

M.R. - E os empregados ficaram todos contentes com a Lei de Sindicalização? Ela agradou?

H.M. - Houve aqui a reação operária ou sindical, a reação capitalista, patronal. Eles usavam mão de todos os recursos.

Quando se instituiu a carteira profissional, os patrões foram contra. Porque a carteira profissional ia dar ao empregado a garantia de ter ali mencionada a data da sua admissão e dos seus vencimentos etc... Então eles espalharam que o governo queria a carteira profissional para mandar o nome daquelas pessoas para o Serviço Militar. Então quando o empregado, o operário chegava ao Ministério do Trabalho para tirar a carteira profissional, e pediam para ele assinar o requerimento em três vias, eles recusavam porque ficavam com medo de serem entregues. O

pessoal dizia: "Não, um é para o sorteio do Serviço Militar." Outros diziam: "Isto aí, uma folha fica no Ministério; outra vai para o DOPS; outra vai para o Exército, para o serviço Militar."

Quer dizer, manobras para sabotar a carteira profissional, para impedir que o empregado, que o funcionário tivesse essa garantia. Porque a carteira profissional garante o empregado, não garante o empregador. Eles recorriam, então a toda, espécie de recursos para impedir.

R.A. - Nesse período, logo depois da revolução, quando o Collor assumiu o ministério, havia alguma organização operária?

H.M. - Havia... Tivemos aqui anteriormente o Conselho Superior do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, presidido pelo desembargador Ataúlfo de Paiva. Foi num edifício na Praça da República que o Ministério do Trabalho se instalou. Havia sindicatos em várias classes, mas sem imagem legal.

R.A. - E esses sindicatos aceitaram bem a Lei da Sindicalização ou havia alguma reação? Eles não achavam que haveria controle do ministério?

H.M. - Os esclarecidos aceitaram; os menos esclarecidos refugavam, porque o trabalhador brasileiro foi sempre desconfiado, foi sempre tão maltratado e sempre tão mal julgado em seus interesses, que ele tinha sempre desconfiança de aparecer um governo dando tanta coisa. É aquele ditado: "Pobre quando vê esmola desconfia." Muitos ficavam atônitos, desconfiados, porque "pode haver alguma coisa atrás disso."

R.A. - O que esse grupo menos esclarecido reivindicava? Que tipo de sindicalização eles queriam?

H.M. - Eles não reivindicavam, porque não tinham cultura para isso.

[FINAL DA FITA 1-A]

R.A. - Esse grupo menos esclarecido não saberia fazer reivindicações, não é? Porque, então, eles não protestaram contra a sindicalização, não é?

H.M. - De modo geral a sindicalização foi bem aceita. Embora essa suspeita de que houvesse ligação entre o Ministério do Trabalho, o Serviço Militar e a polícia.

R.A. - E houve alguma reação ao fato de a Lei da Sindicalização... levar a haver sindicatos únicos? Quer dizer, há um grupo que é a favor da plurissindicalização, não é?

H.M. - Exato. Essa unanimidade em torno do governo nunca se consegue. Há sempre dúvidas: uns pensam de uma maneira; outros pensam de outra. Agora, eu assisti a uma experiência do dr. Collor... E ele era um homem de uma coragem pessoal extraordinária. Eu fui a São Paulo com ele, e ele participou, num teatro, de uma reunião popular. Em São Paulo havia muita reação e muita intriga quanto à política social do Governo Provisório.

R.A. - O que é que eles reclamavam lá em São Paulo?

H.M. - Várias coisas, indistintamente, indeterminadas...

R.A. - O senhor se lembra de algum tipo de reclamação?

H.M. - Não, não me lembro, faz cinquenta anos.

R.A. - É verdade, estamos exigindo muito.

H.M. - Mas são as mesmas. Então, a certa altura do discurso do Collor, rebentou um tiroteio tremendo dentro da sala, foi bala para todos os lados. Nós estávamos em cima de um palco. Olhei para ver por onde é que a gente podia escapar, verifiquei que não havia condições de escapamento, porque o palco era uma parede no fundo e não tinha saída lateral, tinha que sair pela frente mesmo, não era feito palco de teatro. Então excluí a possibilidade de eu fugir digo: "Hoje vou ser herói à força." [risos] "Não há condição, tenho que ficar aqui." Mas o Collor fez mais, o Collor foi para a frente e insultou o pessoal todo: "Os senhores são uns covardes, nós estamos aqui querendo esclarecer os assuntos, nós nos colocando à disposição dos operários para saber quais são suas queixas, quais são suas reivindicações, e os senhores fazem uma provocação desse tipo..."

R.A. - E qual foi a grande controvérsia, nessa viagem a São Paulo?

H.M. - Ficou nisso, não houve nada.

R.A. - Mas era de que grupo, qual era o grupo que estava?

H.M. - Uns diziam, como sempre, que era grupo comunista, infiltração comunista; outros diziam que eram divergências naturais do trabalhador, as divergências naturais que existem entre os trabalhadores. Houve a respeito disso...

R.A. - Não disseram que o Collor estaria dando mais apoio aos empresários em São Paulo do que aos trabalhadores?

H.M. - Essas acusações eles sempre fizeram, mas o Ministério do Trabalho foi feito para isto, para dar um amparo e um apoio a quem não tinha nenhum, o operário. Agora, houve casos de reuniões que se prolongavam durante duas, três horas, tratando destes assuntos: férias, salário mínimo, trabalho de mulheres, trabalho de menores, em que cada líder operário que falava dizia uma coisa. Uma vez Collor disse: "Eu vou suspender a sessão, a fim de que os senhores se entendam entre si e escolham um para me dizer o que é que os senhores querem. Porque cada um está querendo uma coisa diferente e, são cinquenta nesta sala." Portanto, é muito difícil uma classe qualquer se congrega sem divergências em torno de um ponto, eles têm sempre uma objeção, uma restrição, uma pergunta para fazer...

R.A. - Qual era o seu trabalho no ministério nessa época, quando o senhor entrou?

H.M. - O Collor me disse que precisava de um jornalista para o gabinete dele, porque queria que a imprensa... que as notícias que saíssem do Ministério do Trabalho fossem notícias exatas, certas, em vez de boatos, e que, então, ele queria que fizéssemos um noticiário diário, mas rigorosamente certo. Então a minha função inicial foi esta: eu fazia diariamente, entre outras coisas, um noticiário para os jornais, a respeito do que estava fazendo o ministro, do andamento dos projetos, das conferências que ele mantinha no gabinete, dos sindicatos que iam lá.

R.A. - O senhor guardou esses seus comentários?

H.M. - Não, porque não eram comentários meus, eram comentários mimeografados que iam distribuídos para a imprensa, que ia aproveitando ou não: outros desenvolviam mais; outros menos. Era este inicialmente o meu trabalho. Mas, depois, ele me dava outras incumbências fora do meu serviço, porque tínhamos um relacionamento muito bom. Eu o conhecia pouco, mas ele era um homem fabuloso, o Collor, era um homem de uma grande cultura, sabia... Lia Goethe em alemão. Ele se preocupava com todos os assuntos, tinha em relação a mim uma afeição muito especial. Então ele conversava comigo sobre vários outros assuntos e me dava outros trabalhos. Ele não era propriamente um homem expansivo, era um homem fechado, era um temperamento germânico autêntico; mas era sempre cordial, era sempre atencioso com qualquer pessoa, graúda ou miúda. Então tivemos um relacionamento muito bom, tanto assim que não só ele me levou a São Paulo, quando foi a essa excursão, como também eu o acompanhei a Porto Alegre, quando ele esteve lá.

R.A. - Inclusive o senhor deu uma entrevista. Essa entrevista que nós lemos, foi na Federação, não é?

H.M. - Pode ser que seja.

R.A. - O senhor comentou sobre a passagem do liberalismo para o socialismo. Havia o emprego deste termo na época?

H.M. - Havia, porque quando eu era moço... Por exemplo, na faculdade de direito na Bahia no tempo em que fui estudante... Eu me formei aqui no Rio de Janeiro pela faculdade de Direito da Universidade do Brasil, mas comecei na Bahia. Na Bahia, no meu tempo, todos os estudantes, toda a mocidade era liberal democrática. A concepção liberal perdeu muito do seu conteúdo, do seu sentido, porque o liberalismo político hoje está absorvido pela idéia... pelo desenvolvimento da idéia de democracia. Então subsistiria o liberalismo econômico, mas esse liberalismo econômico está inteiramente ultrapassado pelos fatos sociais, quer dizer, naquela época se falava muito em defensor das liberdades públicas, em liberalismo... O Seabra falava muito em liberalismo; O Rui; todos os políticos baianos, todos eles timbravam sempre nesta tecla: "Sou liberal, a favor da liberdade, sou liberalista." Então o liberalismo era uma expressão muito usada como expressão do anti-reacionário, do anti-ditatorialista.

R.A. - E o emprego do termo socialismo? O Collor às vezes se referiu, até em alguns discursos, que se estava numa época de passagem de liberalismo para socialismo.

H.M. - Do liberalismo, exato.

R.A. - O que seria esse socialismo para ele?

H.M. - O socialismo, não sei exatamente, mas posso... conversei com ele algumas vezes a esse respeito. O socialismo a que se referia o Collor era o socialismo francês, de preferência; não o alemão, embora a cultura dele fosse germânica. Era o socialismo francês, cuja mais alta expressão naquela época era o Leon Blum, que já tinha vindo do Jaures. Mas Joures era um pouco mais avançado, Jean Jaures que foi assassinado um pouco antes da guerra. O socialismo a que ele se referia era o socialismo francês, especialmente do Leon Brum, que é hoje o socialismo do Mitterand: veio do Blum; passou para o Guy Mollet, que foi quem substituiu o Leon Blum na chefia do Partido Socialista Francês; e agora, é o Mitterand. Quer dizer, o socialismo a que ele se referia era o socialismo, digamos assim, o socialismo clássico, o socialismo não comunista.

R.A. - E em que consistia mais ou menos essa doutrina?

H.M. - É a mesma atual.

R.A. - Mas ele falava de alguns pontos que fossem importantes?

H.M. - Não, especificamente não.

R.A. - Ele lia Blum? Leon Blum?

H.M. - Leon Blum? Collor lia tudo. Ele tinha fases Houve uma época em que ele escreveu uma série de artigos - ele era articulista do País - sobre economia e finanças. Depois, em outra fase, ele passou para assuntos internacionais. Inclusive fez parte de uma delegação do Brasil, chefiada pelo Lauro Muller, que foi... às Festas Comemorativas do Centenário da Independência do Uruguai. Depois ele passou a escrever sobre assuntos sociais. Ele ia atravessando...

R.A. - Mas o senhor acha que ele já se interessava por assuntos sociais antes do ministério?

H.M. - Ele se interessava, ele era enciclopédia, ele se interessava por tudo. Eu assisti, inclusive, ao famoso discurso que o Collor fez na Câmara - por ocasião da morte do João Pessoa - em que havia um ambiente dramático. Quando o Collor pediu a palavra, começou e disse: "Presidente da República, que fizeste do presidente da Paraíba?" Eu assisti a esta frase dele. Aí o Senado veio abaixo, começaram os aplausos, começaram os protestos da maioria, e terminou - a sessão tumultuou e do discurso do Collor ficou só a frase.

R.A. - É, ficou muito famosa.

H.M. - Eu assisti a essa frase.

R.A. - No dia seguinte foi publicada em todos os jornais.

H.M. - Todos os jornais. Agora, o Collor era corajoso pessoalmente. Ele participou, pessoalmente, do assalto ao quartel-general da Região Militar de Porto Alegre, na revolução de 30, ao lado do Oswaldo Aranha. E da Revolução de 32, ele também participou. Agora, um assunto que muita gente pergunta: as relações dele com o Getúlio Vargas... Este assunto... Em 35, mais ou menos em 35, eles tentaram no Rio Grande do Sul uma nova recomposição política...

R.A. - É o modus vivendi.

H.M. - O modus vivendi.

R.A. - É um pouquinho mais para 36.

H.M. - Acho que foi 35, mas não tenho certeza. Você deve estar mais certa, você é mais moça, deve estar mais atualizada. Nessa ocasião, aqui no Rio de Janeiro, o Góis Monteiro perguntou ao Collor como é que ele receberia a possibilidade de um encontro com o Getúlio Vargas. O Collor respondeu ao Góis Monteiro que não tinha nada de pessoal contra o Getúlio Vargas, que a divergência dele com o Getúlio Vargas, como as divergências que teve com o Flores da Cunha, foram divergências de natureza puramente políticas e que nada impediria que os dois se encontrassem. Então, nessa ocasião, o Collor esteve longamente com o Getúlio Vargas,

conversando sobre assuntos ligados ao modus vivendi. No modus vivendi o Collor se reconciliou com o Flores da Cunha, de quem também estava afastado, e foi secretário das Finanças juntamente com Raul Pilla, que representava o Partido Libertador, e foi secretário da Agricultura.

R.A. - Mas o modus vivendi durou pouco, não é?

H.M. - Durou pouco, durou um ano e pouco. Depois o Collor apoiou a candidatura do Armando Sales.

R.A. - Um pouquinho antes ele fundou o Partido Castilhista.

H.M. - Partido Castilhista. Tem neste livro um discurso que ele fez na fundação do Partido Castilhista: "O sentido histórico do castilhismo." Ele apoiou a candidatura do Armando Sales; depois veio o 10 de novembro de 37, o adiamento das eleições, o Estado Novo, aí o Collor ficou no estrangeiro, exilado.

R.A. - É, ele foi preso algumas vezes, não é? O senhor chegou a vê-lo nessa ocasião?

H.M. - Vi, vi algumas vezes. Estive sempre em contato com ele.

R.A. - É, há algumas acusações dele ter participado, de alguma forma, do levante de 38, dos integralistas, não é?

H.M. - Não é verdade isso.

R.A. - O senhor acha que não?

H.M. - Acho que não, inclusive eu fui muito amigo, muito mesmo, do Filinto Muller, do pessoal dele, desde o tempo em que ele era tenente. Trabalhei até no gabinete do Filinto Muller, não em assuntos de polícia, porque eu disse a ele: "Se é para negócio de polícia, não conte comigo que não é o meu gênero." E o Filinto me disse: "Não, eu quero você só como assessor político para poder conversar" - estava em fase de organização política, e ele estava querendo voltar à política de Mato Grosso -, "eu espero você para tomar conta desse negócio de política." Então entrei. Nessa ocasião, o Collor se queixou de mim, de que estava sendo seguido pela polícia em vários de seus passos, isso criava para ele um aborrecimento tremendo, e estava profundamente aborrecido com o fato. Falei com o Filinto Muller, expliquei a ele o assunto. O Filinto me disse que tinha grande admiração pelo Lindolfo Collor, o maior apreço possível. Eu promovi um encontro, o Collor visitou o Filinto, que o recebeu muito bem, e os dois se entenderam perfeitamente. Depois o Collor não se queixou de mais nada.

R.A. - Mas ele foi preso várias vezes, não é? Inclusive logo depois que o Belmiro Valverde foi preso.

H.M. - É difícil a gente fazer uma conclusão disso assim. Não podemos fazer uma cronologia, estamos fazendo um exame vago. Se eu tivesse um roteiro aqui assim, nós seguiríamos aquele roteiro. Houve alternativas durante todo esse tempo.

R.A. - Inclusive muita gente participou, de alguma forma, não do integralismo, mas teve conhecimento de que haveria um levante só por oposição ao governo Vargas, não é?

H.M. - Creio que por ocasião do integralismo o Collor deve ter morrido.

R.A. - Não, ele morreu depois.

H.M. - Em 42.

R.A. - Pois é, levante foi...

H.M. - O levante foi em 37.

R.A. - Em 38.

H.M. - Exato. Não, ele não tinha...

R.A. - Quer dizer, naquela época a polícia prendia todos os suspeitos, quem fosse contra o governo era preso.

H.M. - Ah, eles prendiam. Conversei sobre este assunto várias vezes com o Filinto. O Filinto sempre me disse que ele era contra a violência. E eu levava ao conhecimento dele todas as violências de que eu tinha notícia. Um dia ele me disse: "Mas eu não posso fazer nada, eu vou para uma pescaria, estendo uma rede, pego, depois, então, é que eu vou ver." Então houve...

R.A. - Mas a gente não sabe ao certo quais eram as acusações contra o Collor em 38, nesse período.

H.M. - Eu não conheço nenhuma. Agora, ele era absolutamente antiintegralista, como era absolutamente anticomunista. Ele era tipicamente um social democrata.

M.B. - Como social democrata, ele também elegia muito a política do Roosevelt, que ele diz que é muito parecida com a dele, que ele fazia antes.

H.M. - Isso pode ser.

M.B. - Ele comenta. Ele tinha ligações com esse tipo de política americana também, ele tinha interesse?

H.M. - Não sei. Eu conheço a vida do Roosevelt, li o livro. Mas eu não sei qual a influência que o Roosevelt tenha tido sobre o Collor, inclusive porque, no tempo em que o Collor foi ministro, o Roosevelt ainda não era presidente. O Roosevelt só começou a se afirmar depois da guerra, quer dizer, muitos anos depois desse período, quando ele começou a se afirmar.

M.B. - Não, foi antes da guerra um pouco, foi em 35.

H.M. - Não, antes da guerra em geral não. Digo essa fase que, inclusive, não posso precisar exatamente a data, de pré-guerra. Mas a década do Roosevelt não é a de 30; a dele é uma década posterior. Ele chegou mesmo ao apogeu durante a guerra, ou ele atingiu o apogeu durante o tempo em que pregava que aquela guerra seria a última e que depois daquela não ia haver mais nada, porque ia haver um regime de bonança universal. E olhem como ele estava certo...

R.A. - É verdade. [risos] Voltando um pouquinho atrás, eu queria...



H.M. - Nós estamos indo e voltando. [risos]

R.A. - É, isso é assim mesmo, não é? Olhe, dr. Muniz, há comentários na própria plataforma da Aliança Liberal de que se pretendia dar uma legislação social que chegaria até o campo. O senhor acha que o Collor tinha preocupação com o trabalhador rural também? E se fez alguma coisa no ministério sobre isso?

H.M. - Especificamente ele nunca conversou comigo sobre o assunto, mas tinha, porque uma coisa é a extensão da outra. E o Collor foi um dos principais redatores da... plataforma da Aliança Liberal em que se fazia referência a isso.

#### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

H.M. - Na plataforma da Aliança Liberal consta que Getúlio dizia o seguinte: "Se o nosso protencionismo favorece aos industriais, em proveito da fortuna privada, ocorre-nos, também, o dever de acudir aos proletários com medidas que lhe assegurem um relativo conforto e estabilidade etc..." Neste mesmo período ele se referiu às atividades das mulheres, às atividades dos menores, ele dizia: "Tanto o proletário urbano, como o rural necessitam de dispositivos tutelares aplicáveis a ambos, ressalvadas respectivas peculiaridades. Ora, se o Collor foi um dos principais responsáveis por esse capítulo... Porque o Getúlio Vargas não escreveu a plataforma inteira, aqui está expressamente mencionado: "proletariado urbano e rural."

R.A. - Sim, o senhor tem razão. Mas não seria isso um assunto muito perigoso, muito difícil, porque mexer no campo, não é? Depois de uma revolução como a de 30?

H.M. - Esse assunto foi sempre difícil no Brasil, porque o campo é o ponto mais sensível. Quando se quis fazer a abolição do tráfico, se disse que era inconstitucional, porque atentava contra o direito de propriedade; quando se quis fazer a Abolição, se disse que se ia desorganizar o trabalho no Brasil. O que existia era os senhores de escravos, os barões do interior, e toda essa gente defendia aquele estado de coisas. Então, quem é fazendeiro, quem é dono de escravo, quem tem grandes extensões territoriais não quer... é absolutamente contrário a qualquer concessão, essa crítica não tem nada...

R.A. - Pois é, talvez por isso, no início da legislação trabalhista, não se possa ter mexido tanto no campo, não é?

H.M. - Mas ele falou. A campanha da...

R.A. - Acho que ele tinha intenção de mexer no campo. Acho que ele não pôde por pressões.

H.M. - Ele não pôde chegar lá.

R.A. - Mas que tipo de pressão, quer dizer, que oposição se faria no ministério?

H.M. - No ministério não há oposição, a oposição no Brasil é oposição sempre... ela não é ostensiva, ela é sempre melíflua, uma oposição por trás. Num país em que se diz que o

João Goulart é comunista, se pode dizer tudo, porque ele é um dos homens mais ricos do Brasil, um dos maiores latifundiários. Então o João Goulart era comunista... Quer dizer, num país em que se diz isso, se pode dizer tudo. Agora, há uma profunda coerência entre as idéias de Vargas e as idéias do João Goulart, ele continuou do mesmo ponto.

R.A. - O senhor também participou do ministério do Goulart, quando ele foi ministro do Trabalho?

H.M. - Não; durante o governo do João Goulart, eu trabalhei com o Amaral Peixoto no Ministério da Reforma do Rio de Janeiro. Agora, no governo Goulart, o caso foi esse. Agora, o João Goulart quis, também, estender, fazer reforma no campo e não conseguiu. Mas nós vamos caminhar para lá.

R.A. - Dizem que, até hoje no Brasil, a gente pode mexer em tudo menos no campo, não é?

H.M. - Mas nós vamos ter de chegar lá. Porque hoje em dia chamar de comunista é uma arma de coação, é uma maneira de coagir a pessoa a não exprimir livremente suas idéias. Não acredito que exista comunismo no Brasil. Em primeiro lugar eu não posso acreditar em comunista que não saiba quem é Marx. O sujeito não pode ser... Eu não posso ser budista sem conhecer a religião... Em religião o sujeito pode ser por fé, mas ele não pode ser comunista por fé, o sujeito tem que ser comunista conscientemente, por isso, por isso, por aquilo, porque aceita os princípios fundamentais do comunismo, do Marx, do Engels, do Lênin etc. Aqui no Brasil, se uma pessoa chegar num botequim da esquina e disser "esta vida está horrível, isso aí precisa acabar, ninguém pode mais agüentar isto, ninguém mais pode com isso, todo dia sobem os gêneros, todo dia reajuste que se dá não corresponde à realidade dos aumentos;" dizem "esse cara é subversivo." Então o ser comunista no Brasil hoje, chamar a pessoa de ser comunista é um meio de coagir a pessoa a não exprimir a sua idéia, pelo pavor de ser chamada de comunista.

R.A. - Dessa forma o ministério Collor foi muito subversivo, altamente subversivo.

H.M. - Ele deve ter sido, segundo essa mentalidade, ele deve ter sido.

M.B. - E como os jornais e manifestavam quanto a isso?

H.M. - Até um certo tempo havia censura na imprensa. Porque o período do Collor foi durante o Governo Provisório e, durante o Governo Provisório, havia censura à imprensa. Ora houve períodos com maior suavidade; ora com menor suavidade, mas havia censura nesse período.

R.A. - De vez em quando se encontram alguns comentários dos jornalistas, dizendo que quando o Collor fazia viagens... Porque ele fez grandes viagens, não é? Essas duas em que o senhor o acompanhou e uma viagem ao norte...

H.M. - A do norte eu não fui.

R.A. - É, não é? Inclusive o senhor dava notícias a ele, não é? Depois que ele chegou.

H.M. - É, é possível.

R.A. - E eles comentam que o ministro Collor estava passeando, se beneficiando com banquetes, comendo muito bem, passando muito bem, em vez de estar aqui no ministério.

H.M. - Não era assim. Ele era um homem que dava, ele fazia... regime integral: chegava ao ministério às nove horas da manhã; interrompia a uma hora, para almoçar; voltava às duas horas; oito horas saía do ministério e dizia: "Às nove e meia eu estou esperando vocês no Hotel Glória." E a gente enfiava até as três horas da madrugada. Tanto o camarada que está fazendo uma coisa dessas não é um [inaudível] Ele levava as coisas fundamentalmente a sério.

R.A. - É, a maledicência há em qualquer período.

H.M. - Há em qualquer período.

R.A. - Quando o Collor se afastou para fazer essas viagens, que ele precisava realmente fazer, quem assumia o ministério? E como o ministério...?

H.M. - Não, as viagens dele foram sempre viagens muito rápidas, não dava propriamente para designar um substituto. Aquilo corria pelo gabinete dele, Quando ele deixou o ministério, na crise de 34...

R.A. - Trinta e dois.

H.M. - Trinta e dois, ele foi substituído...

[FINAL DA FITA 1-B]

R.A. - Estávamos perguntando sobre períodos de viagens, não é? Quando o Collor viaja, fazem algumas acusações. Inclusive há um período - andamos vendo em jornais, no arquivo do Osvaldo Aranha e no próprio arquivo do Collor - em que fazem acusações sérias ao Collor. Aproveitam que ele não está, já que está viajando, e começam a fazer umas acusações, ele quer se defender... Mas o Aranha não conta muito bem o que falaram dele. Talvez questão de dinheiro, talvez, não sei.

H.M. - Sobre isso não sei de nada, ao contrário, eu sempre ouvi dizer que o Collor era um homem de uma integridade e uma honestidade irrecusáveis. Agora, ele teve atritos com o Osvaldo Aranha durante o ministério, porque o Osvaldo Aranha, segundo se dizia naquela época - eu nunca pude apurar -, achava que o Collor estava andando muito depressa; e o Collor achava que não, que ele tinha que andar mais depressa ainda. Agora, evidente...

R.A. - Mas em que sentido, o que era o andar muito depressa para o Aranha? O que o Aranha achava que o Collor não devia mexer?

H.M. - O que ele achava, naturalmente, era que o Collor estava promulgando leis demais e dando concessões demais. Ele queria que isso fosse feito com um

escalonamento maior: hoje uma; deixava para dar uma para cada, o camarada esquecia; amanhã outra. Eu nem sei direito, porque o Collor nunca conversou comigo sobre esses assuntos políticos, principalmente sobre os desentendimentos com o Aranha. Sei que eles tinham divergências; agora, até que ponto, eu não sei. E, por ocasião da saída do Collor, o Aranha participou também das divergências que dividiram os gaúchos todos. Eles se dividiram...

R.A. - Ficou com o Getúlio, não é?

H.M. - Ficou com o Getúlio. E o Flores da Cunha tinha prometido que ficava com o Collor, com o João Neves e com o Luzardo, mas ficou com o Getúlio.

R.A. - Roeu a corda no final...

H.M. - Roeu a corda.  
Acho que não tem mais nada.

M.B. - Ainda tem. Além do Aranha havia outros políticos, ministros, com divergências com Collor, mas claras?

H.M. - Não, que eu saiba, não.

M.B. - Nós temos dados, por exemplo: um que critica o Collor era o Juraci Magalhães.

H.M. - Juraci não era ministro.

R.A. - Não, como interventor da Bahia. Ele é um que envia uma carta, criticando bastante o Collor. Essas divergências se davam em cima de quê? Ele não diz o que o Collor... o que ele discorda?

H.M. - Não sei. Porque houve naquele período inicial do governo do Getúlio Vargas, em que houve o predomínio dos tenentes, sobretudo no Norte... Inclusive o Juraci Magalhães, que é cearense, nunca esteve na Bahia e acabou...

R.A. - Fazendo política na Bahia.

H.M. - Fazendo política na Bahia e interventor na Bahia.

R.A. - O Collor tinha uma séria divergência com os tenentes, os tenentes não gostavam dele.

H.M. - Havia divergência do Collor com os tenentes, como havia divergência do Collor com João Alberto, aqui no Rio.

R.A. - Por que a divergência dele com João Alberto?

H.M. - É difícil, é por questão de maneira de encarar as coisas.

R.A. - E com os tenentes? Quer dizer, a política social do Collor seria uma política contrária às oligarquias, ao poder das oligarquias, ou do empresariado...? No que os tenentes se apoiariam?

H.M. - Os tenentes, naquela época, não tinham uma ideologia definida. Eles eram, digamos assim, moços idealistas, mas todos jovens e todos imaturos. Não se pode pedir que o Juraci Magalhães com 23 anos fosse um estadista. Eles sofriam dessa imaturidade. Agora, combatiam... Não havia igualdade de critério neles. Enquanto nos estados eles faziam, uns tenentes e os interventores, uma oposição cerrada a todos os elementos da chamada República Velha; em outros lugares, como na Bahia, houve o contrário: o Juraci rompeu com o Seabra, que tinha sido um dos chefes da campanha da Aliança Liberal, e fez a política com todos os elementos da situação decaída, o João Marques dos Reis, Pacheco de Oliveira, Medeiros Neto e vários outros nomes que não adianta dizer, porque os outros não conhecem, mas na Bahia se conhece. Eram todos elementos ligados à situação...

R.A. - Na República Velha?

H.M. - ... ligados à situação que no momento na Bahia era representada pelo Vital Soares. O Vital Soares era governador da Bahia, sucedendo ao Góis Calmon, e tinha sido o companheiro de...

M.B. - De chapa do Júlio Prestes.

H.M. - Júlio Prestes. Então, todo esse pessoal que apoiava o Vital Soares, grande parte desse pessoal passou a apoiar o Juraci, e o Juraci fez dele a sua base de apoio, de sustentação. Se na Bahia se verificou isso; em outros estados do Norte, se verificou o contrário: uma perseguição atroz. De maneira que é difícil de a gente... Tem um livro *O tenentismo*, não é?

R.A. - *O Sentido histórico de tenentismo?*

H.M. - Não, tem um livro chamado *O tenentismo*.

R.A. - Tem, do Virgílio de Santa Rosa, do Carone.

H.M. - *O tenentismo*. Eles não chegaram a uma conclusão sobre que é que os tenentes queriam. Os tenentes queriam uma coisa vaga, eles diziam: "Isto está ruim, vamos melhorar." Agora, no vamos melhorar é que são elas, quer dizer, todos nós somos pobres e queremos ficar ricos, a questão é: como é que se faz? Eles não sabiam. Agora, houve divergências do Collor com essa ala tenentista. Essas divergências vieram se acentuando, mas não tiveram influência nenhuma...

R.A. - É, inclusive dizem que os tenentes tinham alguma mágoa do Collor por causa do episódio da Reação Republicana, porque o Collor, em 22, tinha sido, junto com o Borges de Medeiros, com todos os gaúchos, contra o Artur Bernardes, apoiando a candidatura do Nilo Peçanha, não é? E depois, ele, no final, escreveu aquele "Pela Ordem" aceitando o Bernardes, e os tenentes se ressentiram muito com isso.

H.M. - O problema foi este: a Reação Republicana que apresentou o Nilo e o Seabra, contou com o apoio do Borges de Medeiros, mas terminada a apuração, o Nilo Peçanha e o Seabra se conformaram com o resultado das urnas; ao contrário do que aconteceu com o Getúlio Vargas, que publicou um manifesto após as eleições, dizendo: "Entrego a solução ao povo." O Nilo e o Seabra não entregaram a solução ao povo. Não tiveram peito. Porque o Bernardes assumiu o governo em estado de sítio, governou em estado de sítio. Depois, o Seabra, que era governador da Bahia, liquidou com a situação do Nilo Peçanha no estado do Rio, depondo o Raul Fernandes, e marchou para cima do Borges de Medeiros, que ele tirou porque não pôde, mas fez a revolução do Rio Grande. O artigo "Pela ordem" que o Collor escreveu, eu entendo não como manifestação de pensamento dele, pessoal, mas como uma consequência do ponto de vista político. Ele era diretor do jornal do governo, ele tinha que traduzir o ponto de vista do governo, quer dizer, o que *A Federação* publicava não era o que o Collor escrevia. *A Federação* representava o pensamento do Borges de Medeiros, e o Borges de Medeiros, naquele momento, achou que não tinha condições de caminhar para uma revolução. Publicou "Pela ordem," que não era uma adesão ao Bernardes, mas era praticamente isso.

R.A. - Era uma aceitação.

H.M. - Pedia um apaziguamento etc. etc., com isso ele ganhou tempo.

R.A. - E o senhor acha que o Collor teve dificuldade em aceitar essa posição do Borges de Medeiros, ou ele era um...?

H.M. - Não, porque eles todos eram cegos pelo Borges de Medeiros. Veja, no livro do Borges e João Neves, como se refere no Borges de Medeiros. O próprio Getúlio Vargas, quando o Antônio Carlos ofereceu a candidatura ao Rio Grande, que, aliás, foi oferecida condicionalmente ao Borges de Medeiros por Getúlio Vargas... O próprio Getúlio dizia: "No Antonio Carlos ficava. Vai ficar tudo na dependência da aprovação do Borges." Quer dizer, o Borges foi realmente o único papa republicano brasileiro. Eles eram cegos pelo Borges, o Getúlio, Aranha, Collor, eles não discutiam: ordem do dr. Borges - fim de papo.

R.A. - É, quer dizer, eles aceitavam todos aqueles princípios castilhistas da autoridade. A alguns deles mudaram, depois, do castilhismo ao liberalismo...

H.M. - Essa fascinação que eles tinham pelo Borges, acabou mudando, porque, inclusive, foi o Flores da Cunha que prendeu o Borges, não é? Mas houve um período em que houve isso. Houve um período em que o dr. Borges era tudo.

R.A. - Quer dizer que o senhor acha que nesse sentido é que o Collor escreveu "Pela Ordem"?

H.M. - Aquele artigo, se representasse a opinião pessoal dele, não teria maior expressão, seria a opinião de um político, jornalista. O valor daquele artigo foi exatamente ser a expressão do pensamento do Borges de Medeiros.

R.A. - Mas que o Collor aceitava na época?

H.M. - Todos eles aceitavam. Não houve um que dissesse não. Nenhum disse não.

R.A. - É, isso é verdade.

H.M. - O que é que você quer mais?

R.A. - Tínhamos pensado sobre os departamentos do ministério, a própria organização do ministério, quando ele foi criado, não é?

H.M. - O Ministério do Trabalho foi, inicialmente, criado sob a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os principais órgãos do ministério eram o Departamento Nacional do Trabalho, o Departamento Nacional da Indústria, o Departamento Nacional do Comércio, o Departamento da Propriedade Industrial, o Instituto de Tecnologia e outros menores. O ministério do Trabalho já deu vários ministérios que, posteriormente se desdobraram: o Ministério do Trabalho passou a ser Ministério do Trabalho e Previdência Social com a criação do Ministério da Indústria e Comércio e, posteriormente, com a criação do Ministério da Previdência Social, passou a ser ministério simplesmente do Trabalho. Foram essas as transformações por que ele passou. Os departamentos continuam normalmente, cá ou lá não importa o ...

R.A. - E, na época em que se fundou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e se organizaram os departamentos mais importantes, como se deu a escolha para os diretores de cada departamento, a composição deles...?

H.M. - O Collor não teve nenhum critério político, nenhum critério de favoritismo.

R.A. - Foi absolutamente técnico?

H.M. - Técnico. Ele escolhia homens que ele achava que entendiam sobre o assunto.

R.A. - Quem eram os braços direitos do Collor no período de administração dele?

H.M. - O Collor era um homem muito pessoal. Ele mandava e tinha capacidade de mandar... Todos nós reconhecíamos, intimamente, a superioridade dele sobre todos nós.

R.A. - Mas havia alguns que entendiam mais de legislação social, como o Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes?

H.M. - O Evaristo era um homem de grande cultura, de grande talento, o Pimenta também era e o Agripino.

R.A. - Não digo que tivessem mais cultura do que o Collor; o que eu digo é que eles já eram interessados nesse assunto há algum tempo.

H.M. - Mas o Collor tinha uma inteligência muito alta e um conhecimento geral muito amplo. A inteligência influi muito. Ele tinha uma visão completa do problema social.

R.A. - O senhor acha que ele já tinha um projeto de como... seria o projeto dele no ministério?

H.M. - Ele estudava tudo. As vezes, o Collor ia escrever antes de se pronunciar. Ele se preparava como se estivesse preparando para um exame, para defender uma tese. Só o assunto era novo, ele se preparava e saía uma coisa completa, porque ele tinha inteligência, percepção e apreensão para se assenhorear de qualquer assunto no tempo mais rápido.

R.A. - Mas, algumas vezes, as decisões técnicas trazem alguns problemas políticos, não é? O que aconteceu de certa forma no Ministério dele.

H.M. - No Departamento de Indústria e Comércio, não houve movimento de conflitos políticos, porque ele não... Teria havido conflito político, se ele tivesse colocado um representante de uma classe patronal, mas ele não entregou o departamento aos patrões. Ele pegou... Embora o Jorge Street, que foi diretor do Departamento de Indústria e Comércio, fosse um industrial, ele já era, naquela época, um industrial arruinado, digamos assim, e se enquadrou perfeitamente ao espírito de organização social do Collor. Ele não teve problemas com os diretores. Os diretores do Collor, de modo geral, foram competentes e todos eles se entrosavam bem.

R.A. - E o Afonso Bandeira de Melo?

H.M. - O Afonso Bandeira de Melo, nem me lembro se chegou a ser diretor do Departamento de Trabalho do Collor.

M.B. - Foi sim, foi do Departamento Nacional do Trabalho.

H.M. - Eu o conheci, eu trabalhei com ele. O Bandeira de Melo era um diplomata, estudava... queria saber de assuntos internacionais, era um homem muito fino. Ele procurava fazer decidir... tinha um grande senso de justiça nas decisões dele. Houve uma época em que o Bandeira de Melo era diretor do Departamento do Trabalho, no tempo do Agamenon. Foi na época em que se estava tratando da representação classista que ia ser feita pelos sindicatos. Então o Agamenon tinha uma relação dos sindicatos que ele queria reconhecer, votar, e de outros que ele não queria reconhecer, porque estava com elementos infiltrados, comunistas etc. etc. Eu me lembro de que uma vez, em dois casos idênticos, o Agamenon deu dois despachos diferentes: um, ele botou o arquite-se; outro, ele botou o concedo. E o Bandeira de Melo ficou assim sem jeito e disse: "Ministro, eu acho que houve aqui um equívoco de sua parte." "Mas qual é o equívoco, dr. Bandeira?" É que estes dois casos são iguais, aqui o senhor botou arquite-se, aqui botou deferido." Ele disse: "Dr. Bandeira, o senhor acha que eu estou aqui para fazer justiça, o senhor está pensando que isto aqui é Tribunal de Justiça?" E o Bandeira ficou muito sem jeito, porque o Bandeira não tinha sensibilidade política nenhuma. Ele era um homem de Senso de Justiça. Então ele disse: "Está tudo igual, preencheu a formalidade, por que que não dá?" Achava que tinha que dar. Então o Agamenon explicou a ele: "Isto aqui é política, dr. Bandeira." Eu tenho uma impressão muito boa do Bandeira de Melo.

R.A. - De homem sério?

H.M. - De homem sério. Eu trabalhei, também, no gabinete do Valdemar Falcão e trabalhei do gabinete do Agamenon, todo o tempo.



M.B. - O senhor falou em representação profissional. O Collor tinha alguma idéia sobre isso? Sobre a participação profissional no governo?

H.M. - A idéia da representação proporcional ao, como vocês dizem, profissional, eles tiveram e "destiveram" várias vezes. Tanto assim que o Agamenon fez a representação classista no Congresso de consenso com o Getúlio e outros elementos que apoiavam a situação, e, depois, eles voltaram atrás, porque acharam que a experiência deu certo. Então não havia um ponto de vista acertado, eles estavam apalpando o terreno, "vamos tentar", tentaram. Eles tentaram a representação classista, verificaram que a representação classista falhou, não insistiram, acabaram.

R.A. - O Collor se pronunciou contra a influência partidária nos sindicatos. Ele achava que os sindicatos deviam ser livres de partidarismo.

H.M. - Mas isso todos os ministros dizem - pelo menos dizem.

R.A. - Mas o senhor acha que havia alguma diferença nessa concepção dele e de outros? Que ele realmente...?

H.M. - Todos os ministros dizem a mesma coisa. O ministro não pode dizer que o sindicato deve se colocar a serviço do partido. No dia que dissesse, seria demitido no outro dia. Mesmo que ele ache e que queira, ele não diz.

R.A. - Mas o senhor nunca ouviu o Collor se pronunciar sobre essa representação classista? Se deveria haver ou não?

H.M. - Sobre a representação classista não.

R.A. - Ela foi posterior.

H.M. - Foi posterior, nunca conversei com ele sobre o assunto.

M.B. - Porque inclusive na viagem dele ao Rio Grande...

H.M. - Mas nem o João Goulart sustentou que o partido devia se meter no sindicato. Ministro não pode dizer isto...

M.B. - Porque na viagem do Collor ao Rio Grande do Sul, em que o senhor foi com ele, ele faz um discurso em que diz que acredita que deve haver uma câmara política e uma profissional.

H.M. - Eu não me lembro disso.

M.B. - Ele faz alguma referência a isso.

H.M. - Mas vocês já estão querendo demais de mim, tenho cinqüenta anos. [risos]

R.A. - Eu ia lhe perguntar sobre o caso de Dulphe Pinheiro Machado. O senhor se lembra?

H.M. - Dulphe Pinheiro Machado, me lembro. Foi diretor do Departamento de Comércio.

R.A. - E depois ele foi demitido?

H.M. - Eu não sei, todos eles...

M.B. - Foi afastado.

R.A. - Foi afastado do cargo. O senhor se lembra desse episódio?

H.M. - Não. Eu conheci o Dulphe e tinha uma boa impressão dele. Era um homem muito amável, muito insinuante. Teve também o diretor da indústria e Comércio, o dr. Joaquim Eulálio, que era funcionário, acho que era embaixador, acho que era ministro de carreira no Itamarati. Foi também o diretor do Departamento, foi um homem de quem tive muito boa impressão. Os diretores do Departamento de Trabalho, de modo geral, sempre tem sido bons, com algumas exceções.

R.A. - Íamos lhe perguntar sobre uma das primeiras medidas que revolucionou o Ministério do Trabalho, os postos de recrutamento, quando tentaram localizar os desempregados. O senhor já estava no ministério?

H.M. - Devia estar. Quando foi isso?

R.A. - Foi em 31, início. O senhor lembra que aqui no Distrito Federal, eles começaram a botar postos de inscrição para que todo mundo que não tivesse trabalho, tentasse...

H.M. - Sei, ainda existe hoje, no Ministério do Trabalho, um serviço chamado de colocação de emprego. Os que quiserem emprego vão lá e se inscrevem, mas isso nunca funcionou.

R.A. - É, nessa época também não. A imprensa critica muito.

H.M. - Não, existe até hoje, mas não funciona. Eles prometem que dão passagem ao imigrante nordestino que chega e que verifica que o Rio de Janeiro não é o que ele pensava, quer voltar. Eles dizem que dão a passagem; não dão. Existe ainda hoje no ministério um serviço de colocação de trabalhadores. Se você for lá e disser que quer um emprego, eles fazem a sua ficha: "Senhor fulano, o que é que você quer?" É isso..." Mas apenas não funciona. Existem muitas coisas aqui no Brasil que existem no papel, mas que não existem na realidade prática. Esta é que é a questão.

R.A. - Alguns desses homens que o senhor mencionou, da assessoria do Collor, como Joaquim Pimenta, Agripino Nazaré, Evaristo de Moraes... O Evaristo de Moraes, por exemplo, se demitiu quando o Collor saiu.

H.M. - Todos se demitiram, todos nós nos demitimos no dia que o Collor saiu. O Cartier, o Cavaco, eu, nós todos publicamos uma nota de apoio ao Collor e nos demitimos. O Afrânio de Melo Franco nos pediu que não abandonássemos o lugar. O Afrânio de Melo Franco era um... foi um dos homens mais maravilhosos que conheci na minha vida. Ele assumiu, eu estive com ele e ele me pediu: "Eu acho que você fez muito

bem em ficar solidário com o Collor, em apoiá-lo, mas vocês não podem abandonar o ministério, vocês têm responsabilidade, vocês são funcionários públicos. Eu estou aqui apenas como uma posição por alguns dias. Então eu peço a vocês que esperem a minha saída e, antes de eu dar posse a um novo ministro, eu os demito." Aí, não me lembro bem: uns ficaram; outros não ficaram. Eu lembro que eu fiquei com o Afrânio de Melo Franco. Mas, aí, não tinha praticamente... Estava numa fase em que não se fazia nada.

R.A. - Um período de conturbação política, não é?

H.M. - É. E o Afrânio não quis mexer, e a tendência dele era uma tendência moderada. Ele, também, nunca teve divergência com o Collor, apesar de a política mineira não ser propriamente uma política progressista, ele não teve problemas com o Collor. Os problemas do Collor no ministério foram com Osvaldo Aranha. As divergências foram com o Aranha.

R.A. - E dentro do próprio ministério, quer dizer, já que havia uma equipe técnica capaz, mas provavelmente cada um devia ter opiniões diferentes...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

R.A. - Ocorreu-me, aqui, agora, nós conversando, que dentro, talvez, do próprio ministério, houvesse posições diferentes.

H.M. - Não, não havia.

R.A. - Agripino Nazaré para o Evaristo de Moraes; do Evaristo para o Joaquim Pimenta. Ou que algum deles fosse mais apressado do que o Collor e quisesse fazer legislação social ainda mais revolucionária...?

H.M. - Eu não estou bem a par dessa parte, eu era amigo do Agripino Nazaré.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

R.A. - É interessante. O senhor estava dizendo que trabalhou com o Collor, com Agamenon.

H.M. - Eu trabalhei com o Collor, com Agamenon, Valdemar Falcão, Marcondes Filho, Honório Monteiro, Segadas Viana, Danton Coelho, João Goulart.

R.A. - Será que o senhor é o funcionário mais antigo do ministério?

H.M. - Não sei se sou o funcionário mais antigo, não. Talvez tenham outros. Mas nesses ministérios outros, eu não trabalhava propriamente em função de ministério, porque exerci várias funções no governo do Getúlio Vargas ainda.

R.A. - Era colocado à disposição?

H.M. - É. Eu fui diretor do DIP<sup>1</sup> durante vários anos, durante três ou quatro anos, fui diretor do DIP. Eu fui diretor da Agência Nacional. Eu fui superintendente das Imprensas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e, então, estive sempre, a partir do Valdemar Falcão para cá, no Ministério do Trabalho nominalmente, porque eu estava exercendo comissões do governo. Inclusive no Ministério da Viação com Amaral Peixoto e no Ministério da Reforma Administrativa também com o Amaral Peixoto.

M.B. - E quanto à viagem do Collor ao Rio Grande do Sul? O que ele foi fazer no Rio Grande do Sul? O senhor tem idéia ainda?

H.M. - Não. Ele deve ter ido para lá... ele era um gaúcho, ministro do Rio Grande, naturalmente tinha uma certa obrigação política moral de visitar os amigos dele do Rio Grande, visitar o estado dele.

M.B. - Ele teve uma série de encontros políticos nessa viagem. O senhor o acompanhou a esses encontros?

H.M. - Não. O Collor não conversava política comigo.

R.A. - E também houve alguma confusão como a de São Paulo?

H.M. - Não, lá foi tudo sereno.

R.A. - Foi tudo calmo?

H.M. - Foi calmo.

R.A. - Agora, houve uma grande confusão em Fortaleza, não é? O senhor se lembra?

H.M. - Tenho uma idéia.

R.A. - Da Legião Cearense do Trabalho, do general Sombra?

H.M. - O general Sombra? Tenho uma idéia, mas não me lembro direito. Você está mais atualizado do que eu.

R.A. - Lá, também, apertaram muito o Collor.

H.M. - Eles apertaram, eles cobraram. Os operários, embora divididos entre si, sempre cobravam aos ministros, e ao governo. Eles nunca deixavam de cobrar, ainda hoje cobram. Agora, a desunião dos operários, dos trabalhadores, decorre principalmente de dois fatores: a infiltração comunista mesmo, que tem interesse em manter o trabalhador descontente, isto para mim não é a primeira causa, é a segunda; a primeira causa, e a verdadeira, é que todos nós estamos atravessando no Brasil o período da fome. Todo mundo ganha pouco. É rara a pessoa que ganha o suficiente para ter o estilo de vida que tem. Um país, como o Brasil, que se dá ao luxo de pagar ao diretor do DASP<sup>2</sup>...

---

<sup>1</sup> Departamento de Imprensa e Propaganda.

<sup>2</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público.

[FINAL DA FITA 2-A]

H.M. - ... que paga cem mil cruzeiros ao diretor do DASP e mil e duzentos cruzeiros a um funcionário mínimo, mostra que está numa desproporção imensa. Então tem que haver um descontentamento generalizado. Agora, o descontentamento generalizado, exatamente por ser generalizado, não guarda uma certa coerência: sou contra por isso; outro é contra por aquilo, mas no final a situação é esta.  
Estou às suas ordens. Depois vou fazer a minha entrevista.

R.A. - Claro. O senhor esteja à vontade.  
Voltando à vida do Collor... Acho que já exploramos bastante o ministério.

H.M. - Estamos indo e voltando.

R.A. - Quando se implanta o Estado Novo, e o Collor é obrigado a sair do país, por divergências com o Estado Novo, ele, então, fica na Europa quase dois anos. O senhor se comunicava com ele?

H.M. - Não, creio que uma dessas cartas que tenho aqui é de Lima.

R.A. - Isso foi no primeiro exílio dele, aqui na América do Sul, quando saiu do ministério.

H.M. - Uma é de Lima; outra é daqui do Rio de Janeiro mesmo. Esta aqui não enxergo, é...

R.A. - É de 34, quando estava se preparando para voltar. Tem lá no arquivo dele várias cartas suas...

H.M. - Eu perdi as dele.

R.A. - Ah, é? O dia em que for lá, o senhor vai ver suas cartas. Ele pede para o senhor publicar...

H.M. - Eu tenho do Agamenon mais de cem bilhetes desses. Com uma letra que a gente precisava...

R.A. - Ser grafólogo.

H.M. - Ser grafólogo.

R.A. - Eu ia perguntar se o senhor se correspondeu com ele nesse período de exílio na Europa.

H.M. - Ah, sim, eu me correspondi sempre com ele, mas não me lembro exatamente o que eu dizia. Naturalmente eu não podia dizer nada, porque se houvesse...

R.A. - O Estado Novo...

H.M. - Não é só pela existência do Estado Novo, era porque, se eu escrevesse, a censura guardava, o correio não entregava a carta mesmo que eu não tivesse consequência nenhuma, que eu pudesse escrever o que eu quisesse... Aliás, o governo Vargas nunca fez repressão desse tipo, de perseguir alguém porque escreveu uma carta, porque se manifestou. Mas não adiantava, porque a carta não chegaria. Mas eu sempre me comuniquei com ele.

R.A. - Porque parece que lá na Europa, ele esteve em Paris, depois em Lisboa, como correspondente dos Diários Associados. Até um certo momento, escrevia sobre a guerra.

H.M. - Escrevia comentários.

R.A. - Quando as comunicações ficaram difíceis, ele, então, voltou ao Brasil e viveu um ano e pouco e morreu logo, não é?

H.M. - Ele morreu em 42, de pneumonia.

R.A. - Mas nesse período dele aqui no Brasil, depois que voltou, ele novamente foi preso. O senhor tem alguma lembrança desse período?

H.M. - Tenho uma lembrança de que ele foi preso, mas acho que foi preso um dia, se não me engano.

R.A. - Ele foi preso umas duas vezes. Pelo que a família nos contou, ele foi preso umas duas ou três vezes.

H.M. - É possível, porque além do que relatei a respeito da interferência que tive junto ao Filinto Muller, acho que, uma ou outra vez, eu falei. Mas nem sei mesmo se o chefe de polícia ainda era o Filinto. Em 42 ainda era ele. Mas não tenho idéia assim não. Se prendia tanta gente...

R.A. - É, e havia muitos exilados, muita gente fora, não é? E o Collor, então, tem algum contato com jornalistas, com Orlando Dantas, com Carlos Lacerda, com Cartier...

H.M. - Cartier foi o chefe do gabinete dele. Era redator do *Globo*, era um grande jornalista.

R.A. - Na volta tem contato com esse pessoal e ele volta ainda em oposição ao governo, por isto ele é preso. Logo que chega, escreve um artigo contra o Estado Novo, criticando.

H.M. - Ele manteve a posição dele contra o Getúlio até o fim. Porque mesmo quando eles fizeram o modus vivendi, não foi com adesão ao Getúlio, foi o movimento político setorial, regional.

R.A. - E um acordo administrativo, não político, não é?

H.M. - É, foi um movimento setorial, dentro daquela forma do José Maria. O José Maria... tem outro nome...

R.A. - O senhor diz o que inspirou o modus vivendi. Foi o dos Santos?

H.M. - Então nós dois perdemos... Dentro daquela fórmula, eles fizeram uma fórmula utópica, mas ou menos...

R.A. - Meio parlamentarista, não é?

H.M. - Não chegaram a um resultado, tanto que o modus vivendi se desfez logo em seguida. Mas, aí, o Collor se manteve em oposição a Getúlio. Agora, ele, várias vezes disse que pessoalmente não tinha nada contra o Getúlio Vargas.

R.A. - Parece que o Getúlio, quando o Collor voltou em 41, quer dizer, permitiu a volta dele, mas, naturalmente, se ele se manifestava contra o governo, ele era preso. Mas, no final, quando ele já está doente, o Getúlio vai visitá-lo e o convida inclusive para assumir uma embaixada na Colômbia. Ele não aceita, já estava mal, já estava doente. O senhor tem notícia desse episódio?

R.M. - Não.

R.A. - Na volta dele o senhor não teve mais contato com ele?

H.M. - Não, poucas vezes eu o encontrava. Ele trabalhava na Sul América. Então ele trabalhava de um lado, eu trabalhava do outro, poucas vezes nos encontrávamos.

R.A. - Depois ele trabalhou com o genro, com o Arnon de Melo.

H.M. - Com Arnon, eu sou muito amigo do Arnon de Melo. Conheço as filhas do Collor desde meninas, não é? As duas; a Leda e a Lígia. Agora, sei disso: ele sempre me disse que não tinha nada de pessoal contra Getúlio Vargas, que era apenas uma questão de diferença de processo, de maneira de fazer e de maneira de encarar, de maneira de agir. Ele se colocava sempre neste ponto. Ele era um homem fechado, o Collor.

R.A. - No governo João Goulart, o Collor foi muito falado, inclusive se inaugurou um retrato dele, acho que no ministério, primeiro no ministério Goulart.

H.M. - Foi, inauguraram um retrato dele no Ministério.

R.A. - Por que essa ligação entre a política trabalhista do Goulart e a política trabalhista do Collor, tantos anos depois?

H.M. - A política trabalhista do João Goulart é a mesma do Getúlio Vargas. Você lê...

R.A. - Mas a do Getúlio Vargas foi um pouco diferente da do Collor.

H.M. - Não, a do Collor foi a do Getúlio Vargas.

R.A. - Sim, mas no início; depois, o Collor rompeu e não voltou mais...

H.M. - Sim, mas o Collor não se revoltou contra a legislação social dele. Ele nunca fez restrição nenhuma à política social do Vargas; as divergências deles eram de natureza política. Eram coisas da política do Rio Grande, mas o Collor não ia voltar atrás do avanço que ele mesmo tinha feito. Agora, há uma grande... há uma perfeita harmonia entre as idéias sustentadas por João Goulart e as idéias sustentadas por Getúlio Vargas. Então tem que haver um perfeito entendimento entre...

R.A. O senhor tem alguma lembrança dos problemas que o Collor teve com a Light?

H.M. - Não, não tenho.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

R.A. - O senhor estava comentando as semelhanças entre a política do Goulart, do Collor e do Getúlio. Dizendo que não há nenhuma diferença.

H.M. - Não é propriamente que acredite que não há diferença. Ele procura manter uma coerência, ele procura manter uma fidelidade ao pensamento de Getúlio Vargas, isto é que eu disse. Inclusive essa preocupação com o trabalhador do campo, com o homem do campo, está na plataforma da Aliança. A divisão de terras dos que têm mais em favor dos que têm menos, está no Getúlio Vargas. Se não nesse documento, em outros. Aquela reforma agrária que tanto se combateu no João Goulart, foi preconizada por Getúlio Vargas, quer dizer, eu acho que o João Goulart foi uma pessoa que se manteve estritamente fiel e leal à política social do Getúlio Vargas. Porque eu não aceito absolutamente que o João Goulart seja comunista nem subversivo. Dentre outros motivos, porque eu não acredito em comunismo de gente rica. Em primeiro lugar, gente rica não me venha falar em comunismo, que não acredito.

R.A. - Acho que está bom, nós estamos satisfeitos.

[FINAL DO DEPOIMENTO]